

29 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

PGE quer outro juiz para anular delação da Publicano

Procurador pede ao TJ que nulidade do acordo do
auditor da Receita Estadual Luiz Antonio de Souza
seja julgada em Curitiba e não em Londrina



"Não dá para discutir moral pela boca do procurador, que está usando a máquina pública para defender os interesses do governador", rebate Eduardo Ferreira, defensor do delator da Publicano

“

*Quer dizer que o Estado do
Paraná, que é o principal lesado,
corre o risco de sair sem
um centavo sequer?”*

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Adriana De Cunto

Reportagem Local

29 MAR 2016

Curitiba – A Procuradoria Geral do Estado (PGE) entrou com um agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça (TJ) para que o pedido de anulação do acordo de delação premiada do auditor da Receita Estadual Luiz Antonio de Souza seja julgado em Curitiba. Ele é o principal delator do esquema de cobrança de propina de empresários sonegadores de tributos estaduais e o acordo foi firmado com o Ministério Público (MP) de Londrina em maio do ano passado. A petição da PGE para anular a delação foi protocolada em Curitiba no último dia 7 e distribuída à 1ª Vara da Fazenda Pública da capital. Mas o juiz Fernando Andreoni Vasconcellos entendeu que a competência para julgar a ação é do magistrado que homologou o acordo e remeteu os autos à 3ª Vara Criminal de Londrina, cujo titular é Juliano Nanuncio, que atua desde o início da Operação Publicano, em meados de 2014. “Nos entendemos que não seria um juiz criminal que deveria estar julgando esse pedido”, justificou o procurador-geral do Estado, Paulo Sérgio Rosso, em entrevista coletiva na tarde de ontem, em Curitiba. Ele opina que o próprio juiz que homologou a delação não deveria estar julgando a petição.

Rosso explicou que o acordo de delação é lesivo ao erário porque o que o Souza oferece como ressarcimento é insuficiente para compensar os prejuízos ocasionados ao Estado. No acordo, ficou estipulado

que o MP não cobrará Souza a reparar danos ou a pagar multas pelos confessados atos de improbidade porque aceitou devolver R\$ 20 milhões – valor de duas fazendas no Mato Grosso em nome de familiares, tidos como “laranjas” no esquema. O procurador-geral reclamou que a PGE não foi chamada para opinar sobre o acordo e mesmo considerando R\$ 20 milhões uma quantia insuficiente, Rosso não arrisca um valor final. “Eu não consegui ter acesso até agora aos processos criminais que correm na 3ª Vara Criminal de Londrina. Mas pelos relatos do próprio operador, seriam valores astronômicos”, comentou, lembrando que já se fala em um prejuízo de R\$ 1 bilhão aos cofres do Estado.

Ele também observou que o termo de colaboração prevê que os valores arrecadados serão destinados a fundos preferencialmente municipais. “Quer dizer que o Estado do Paraná, que é o principal lesado, corre o risco de sair sem um centavo sequer?”, questionou.

O procurador-geral não acredita que a anulação do acordo de delação premiada vai prejudicar as investigações criminais da Operação Publicano. “O pedido se restringe à nulidade do termo de delação premiada. Ele não pede a nulidade do processo criminal, das provas já produzidas durante o processo”, explicou.

O procurador-geral rebateu as críticas do advogado do delator, Eduardo Duarte Ferreira, de que a medida tem finalidade política e não jurídica. Para Ferreira,

é uma tentativa de anular elementos de provas contra o governador Beto Richa (PSDB), que se tornou alvo de investigação autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Luiz Antonio de Souza disse que a campanha de reeleição de Beto recebeu dinheiro do esquema de propina dos auditores fiscais. Na opinião de Rosso, Eduardo Ferreira não merece tanto crédito quanto a imprensa lhe dá porque o advogado do delator responde por ação de improbidade e já teve os bens indisponíveis. “Sinceramente, ele não tem moral para falar da PGE”, atacou.

O procurador-geral não acredita que a medida iria afetar as investigações contra o governador. “Eu creio que uma coisa não tem relação com a outra”, argumentou. Rosso disse que só questionou agora o acordo do delator com o MP, que foi fechado há quase um ano, porque apenas recentemente a PGE teve acesso aos termos da delação. “Se eu quisesse atrapalhar as investigações eu teria feito isso lá atrás, há um ano. Porque o estágio estaria menos avançado”, afirmou.

OUTRO LADO

O advogado Eduardo Ferreira entrou com uma medida junto à 1ª Vara da Fazenda Pública pedindo a extinção da ação da PGE. Ele rebateu as acusações do procurador-geral dizendo que até agora não há sentença criminal transitando em julgado contra ele. “Não dá para discutir moral pela boca do procurador, que está usando a máquina pública para defender os interesses do governador”, disparou. Na opinião do advogado, essa conduta seria motivo para que o procurador respondesse por uma ação de improbidade administrativa.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Cargos no MP

29 MAR 2016

Chegaram ontem à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná duas propostas do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, que tratam da estrutura do Ministério Público (MP) Estadual. Uma delas cria 32 cargos de provimento em comissão, simbologia 4-C, e 88 de simbologia 5-C, nas Promotorias de Justiça de entrância final, intermediária e inicial das regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá. Segundo a justificativa, a ampliação atenderia carências verificadas nas áreas de violência doméstica contra a mulher, proteção à criança e ao adolescente, saúde pública, patrimônio público e execução penal.

Deficiência

A outra proposta altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná). O objetivo, conforme Giacoia, é reduzir a jornada de trabalho prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Entre os dispositivos citados está o que concede licenças, dispensa de parte do expediente, férias e autorização para o afastamento de membros do MP e servidores de sua administração que sejam pai ou mãe, filho ou filha, cônjuge, companheiro ou companheira, tutor ou tutora, curador ou curadora que detenha a guarda judicial da pessoa com deficiência congênita ou adquirida, de qualquer idade.

Na mira de Moro

Dinocarme Aparecido Lima e outras 11 pessoas foram condenadas em 2011 pelo juiz federal Sérgio Moro por peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Só em Londrina, o Ciap teria desviado R\$ 10 milhões, quando gerenciava a contratação de funcionários para a Policlínica, Samu, agentes de endemias, Programa Saúde da Família (PSF), PSF Indígena e Sistema de Internação Domiciliar. A entidade foi alvo da Operação Parceria, da Polícia Federal, com participação da Controladoria Geral da União e da Receita Federal.

Militão

Sandreschi estudou lá

Ex-alunos da Faculdade de Direito do famoso Largo da São Francisco, em São Paulo, vão se reunir dia 4 de abril, às 19 horas, para discutir o que aconteceu lá recentemente, com professores de lá e alguns advogados e estudantes defendendo o atual governo federal. Parece que de Londrina e Maringá poderão ir alguns deles. O advogado londrinense José Sandreschi é um dos que lá estudaram. E tinha muito orgulho da São Francisco. Quando estudante, sua turma combatia a ditadura de Getúlio Vargas e quase morreu por isso.

●● O advogado londrinense e professor de Direito Constitucional Luciano Odebrechet, está escrevendo novo livro, tendo como tema fatos da cidade. Atarefado com o trabalho em seu escritório, aqui e em Arapongas, ele teve que deixar de lado as aulas em cursos de Direito.

29 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Moro envia superplanilha da Odebrecht para o STF

**Presença de 69 políticos com prerrogativa
de foro no Supremo entre os
mais de 300 citados motivou decisão do magistrado paranaense**

Agência Estado

São Paulo - A presença dos nomes de 69 políticos com prerrogativa de foro entre os mais de 300 citados ligados a 24 partidos políticos - ao menos dez políticos paranaenses constam na lista (todos alegam que as doações da empreiteira foram regulares) - na superplanilha da Odebrecht justificou a decisão do juiz Sérgio Moro, que conduz as investigações em primeira instância da Operação Lava Jato, de encaminhar a relação para o Supremo Tribunal Federal (STF). No documento constam nomes de sete ministros de Estado, 14 senadores e 46 deputados federais, além dos presidentes das duas Casas do Congresso, Renan Calheiros (Senado) e Eduardo Cunha (Câmara).

Esta lista dos citados na planilha pode ser ainda maior porque ao menos três deputados eleitos em 2014 citados na planilha se licenciaram do cargo para assumir funções administrativas no Executivo

em seus respectivos Estados. Outros três são suplentes de senadores e deputados, e podem garantir o foro privilegiado se negociarem assumir o lugar de seus titulares.

Considerada pela força tarefa da Lava Jato como a mais detalhada relação de pagamentos a políticos desde o início das investigações, a planilha foi encontrada em fevereiro pela Polícia Federal, durante a Operação Acarajé, a 23ª fase da Lava Jato. O documento estava no apartamento do presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedito Barbosa Silva Júnior, preso na ocasião.

Um cruzamento de dados feito pelo jornal "O Estado de S. Paulo" com base no documento e prestações de contas apresentadas à Justiça Eleitoral mostra que, em vários casos, os valores são superiores aos declarados pelos candidatos indicando possível caixa 2.

Ao encaminhar para o Su-

premo, instância competente para conduzir investigações envolvendo ministros, senadores e deputados com mandato, o juiz Sérgio Moro apontou a necessidade de aprofundamento das investigações "diante de indícios mais concretos de que esses pagamentos também seriam ilícitos".

"O ideal seria antes aprofundar as apurações para re-

meter os processos apenas diante de indícios mais concretos de que esses pagamentos também seriam ilícitos. A cautela

recomenda, porém, que a questão seja submetida desde logo ao Egrégio Supremo Tribunal Federal", registra Moro, na decisão.

**Lista inclui
sete ministros,
14 senadores e
46 deputados**

CONTINUA

29 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A superplanilha, como está sendo chamada a lista nos bastidores do poder, é a maior relação de políticos e partidos associada a pagamentos de uma empreiteira capturada pela Lava Jato desde o início da operação, há dois anos. Ela foi encontrada nas buscas da 23ª fase, a Acarajé, que teve como alvo principal o casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura.

A planilha foi divulgada oficialmente pela operação na manhã da última quarta-feira. Mas, no início da tarde, o juiz federal decretou sigilo sobre o documento. Moro pediu ao Ministério Público Federal que se manifeste sobre "eventual remessa" dos papéis ao Supremo Tribunal Federal.

CAMPANHAS

As anotações, indica a Lava Jato, referem-se às campanhas eleitorais de 2012 (municipais) e 2014 (presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais). Segundo a força-tarefa, não há nenhum indicativo de que os pagamentos sejam irregulares ou fruto de caixa 2.

Barbosa Silva Jr. é apontado pelos investigadores como o encarregado de Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira, para tratar de doações eleitorais e repasses a políticos.

Também há inúmeras anotações manuscritas fazendo referência a repasses para políticos e partidos, acertos com outras empresas referentes a obras e até documentos sobre "campeonatos esportivos", que lembram documentos semelhantes já encontrados na Lava Jato e revelaram a atuação de cartel das empreiteiras em obras na Petrobras.

Os partidos que constam na planilha são PT, PMDB, PSDB, PP, PSB, DEM, PDT, PSD, PC do B, PPS, PV, PR, PRB, SD, PSC, PTB, PTN, PT do B, PSOL, PPL, PTB, PRP, PCB e PTC. O levantamento jornal "O Estado de S. Paulo" baseou-se nas planilhas às quais a reportagem teve acesso.

Procuradoria denuncia casal de marqueteiros

Felipe Bächtold

Folhapress

São Paulo - Presos há um mês, o publicitário João Santana e a mulher dele, Mônica Moura, foram denunciados pelo Ministério Público Federal no sábado após serem investigados pela Operação Lava Jato. Os detalhes da denúncia estão sob sigilo porque o juiz Sérgio Moro decidiu remeter todo o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF) diante das menções a autoridades com foro privilegiado na investigação. Foi denunciado (acusado formalmente) ainda o lobista Zwi Skornicki, que também foi detido na fase Acarajé, junto com Santa-

na e Mônica. Se a Justiça aceitar a denúncia, os três viram réus. Em despacho publicado ontem, Moro disse que "a cautela recomenda" que os autos fossem remetidos ao Supremo. Mas disse que a corte pode, se assim entender, cindir as apurações e devolver a parte referente ao casal à primeira instância. Santana foi marqueteiro do PT nas últimas três campanhas presidenciais. Na semana passada, a Polícia Federal indiciou Santana e Mônica sob suspeita de corrupção, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa, ligados a desvios na Petrobras. Existe a suspeita de que o casal tenha recebido no exterior pagamentos por campanhas eleitorais no Brasil. Uma das fontes suspeitas desses repasses é a Odebrecht. Skornicki, que foi representante do Brasil do estaleiro asiático Keppel, é suspeito de pagar US\$ 4,5 milhões ao casal.

29 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

'Moro pode ter sido picado pela mosca azul'

Ana Fernandes e
Ricardo Galhardo

Agência Estado

São Paulo - O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em entrevista coletiva ontem à imprensa internacional, esperar que o juiz Sérgio Moro, que conduz a Operação Lava Jato, atue com justiça, com ele próprio e com todas as pessoas investigadas na operação. "Espero que Deus ponha a mão na cabeça dele, que ele seja justo com as pessoas que ele está analisando e julgando. Só espero isso. Não quero nada mais, nada menos, quero ter o tratamento que todo cidadão brasileiro tenha neste País", afirmou. Lula disse ter a expectativa de que Moro aja como qualquer juiz e contribua com a democracia brasileira ao respeitar o direito de defesa e ao "ouvir as pessoas".

O ex-presidente petista disse que Moro é considerado uma pessoa competente, mas que pode ter sido picado pela "mosca azul" - figura de linguagem associada ao orgulho e à soberba. "Tudo que se sabe do juiz Moro é que ele é uma figura inteligente, competente, mas como ser humano temo que a mosca azul faça seus efeitos", afirmou mencionando a atenção dada pela mídia ao magistrado.

Lula afirmou que se sentiu "ofendido" com a divulgação de grampos telefônicos envolvendo conversas suas com a presidente Dilma Rousseff, com o atual chefe de gabinete da Presidência Jaques Wagner, com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, entre outros

"Primeiro, me sinto, como brasileiro, indignado." Ele também reclamou da atuação da mídia.

Lula disse ter achado "deprimente" a decisão de divulgar os áudios. "Achei deprimente, pobre e de má-fé. O juiz por mais que seja juiz não foi correto fazendo a divulgação de coisas privadas. Se tivesse alguma coisa relacionada com o que ele estava investigando (...). lamento, acho que isso empobrece o Brasil. Fico imaginando se a gente tornar hábito, começar a divulgar as gravações (ligações) que cada um de nós faz. Não contribui com a democracia."

O petista reforçou o discurso de que ele e o PT estão sendo perseguidos. "O objetivo sempre é tentar destruir a imagem do Lula. Quando eles começaram a tentar destruir minha imagem eu não tinha nem 50 anos, estou com 70", disse e completou dizendo não estar longe o dia em que "alguém" terá de pedir desculpas a ele.

Lula disse também que imaginava que a oposição faria críticas à sua indicação para o ministério da Casa Civil, mas não imaginou que haveria um recurso ao Judiciário, com um recurso aceito tão rapidamente pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). "Tinha consciência que os tucanos não iam gostar da minha ida pro governo. Pensava que iam fazer uma crítica, um discurso, mas foram diretamente ao ministro Gilmar pedir pra vetar, foi o veto mais rápido possível."

29 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Novo pedido de impeachment provoca tumulto na Câmara

Débora Alvares

Folhapress

Brasília - Numa semana considerada decisiva, parlamentares e militantes contrários ao impeachment da presidente Dilma Rousseff bateram boca ontem com manifestantes e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que foram até o local para protocolar um novo pedido de impedimento.

A confusão aconteceu no Salão Verde da Câmara dos Deputados, onde os grupos a favor e contra o afastamento de Dilma trocaram insultos e gritos de guerra, impedindo que o documento fosse apresentado no horário previsto, às 14h30.

A Polícia Legislativa foi acionada e, após cerca de 30 minutos de conflito, começou a esvaziar o local. O presidente nacional da OAB, Claudio Lammachia, ainda aguarda no salão o fim do tumulto.

Deputados e senadores do PT, PCdoB e do PSOL estavam desde o começo da tarde reunidos em uma área de trânsito do prédio principal para o anexo II, onde discursaram na presença de militantes contrários ao impeachment e funcionários de alguns gabinetes. Participaram cerca de 70 pessoas.

Aos gritos de "não vai ter golpe, vai ter luta", rebateram o argumento das pedaladas fiscais utilizado para embasar o pedido de afastamento de Dilma. Distribuíram também rosas vermelhas.

Um grupo pró-impeachment que acompanhava o movimento respondia os gritos de guerra dos defensores da petista com "vai ter impeachment".

Também houve discursos contrários ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que deflagrou o processo de impeachment em dezembro e tem atuado pessoalmente nos bastidores para acelerar o processo.

Essa semana é considerada decisiva pelo Palácio do Planalto. Nesta terça, a cúpula do PMDB, maior partido da base, se reúne para decidir o futuro no governo. A tendência é de desembarque, o que deve gerar um efeito cascata em outros partidos aliados, como PP, PSD e PR, que devem acompanhar o movimento.

● OPERAÇÃO PUBLICANO GAZETA DO POVO

Defesa de Beto quis evitar declaração de Abi

Advogado solicitou ao STJ que empresário e testemunhas fossem liberados em inquérito contra o governador; pedido foi negado

LONDRINA

Marcus Ayres

Especial para a Gazeta do Povo

● A defesa do governador Beto Richa (PSDB) pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a dispensa de algumas testemunhas relacionadas para depor no inquérito que apura o suposto envolvimento do político no esquema de corrupção na Receita Estadual, revelado pela Operação Publicano. Os pedidos, porém, foram negados.

Na petição, a defesa solicitou que o auditor fiscal Márcio de Albuquerque Lima — réu na primeira fase da Publicano — e o empresário Luiz Abi Antoun — parente distante do governador — fossem dispensados. O advogado Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch alega que os dois já “apresentaram declarações públicas acerca do objeto do inquérito”.

Segundo a denúncia do Ministério Público (MP) do Paraná, Lima e Abi são pessoas próximas de Richa e estariam entre os líderes da associação criminosa criada para facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina.

O pedido de dispensa tam-

NEGATIVA

No último dia 7, o relator do inquérito, ministro João Otávio de Noronha, negou as dispensas solicitadas pela defesa de Richa e acatou integralmente o pedido do Ministério Público Federal para a abertura do inquérito. Também foram autorizados depoimentos de nove pessoas, incluindo as oitivas das seis testemunhas que tiveram a dispensa solicitada pelo advogado do governador.

bém se estendeu para outro acusado, o auditor fiscal Luiz Antonio de Souza, principal delator. Este mês, durante audiência, ele reafirmou que parte do dinheiro desviado por servidores do órgão abasteceu a campanha de reeleição de Richa, em 2014.

Para a defesa do tucano, Souza “já prestou diversos depoimentos”. Mudrovitsch ainda solicitou “especificação prévia do objeto da inquirição de Luiz Antônio de Souza, a fim de que este não seja sucessivamente inquirido ao longo do presente caderno investigativo, turbando o seu regular processamento.”

A defesa ainda pediu a dispensa dos empresários Sérgio Fugiwara e José Roberto Pontalti — que teriam contribuído para o suposto caixa 2 na campanha, segundo investigação — e de Luiz Pontes de Oliveira Filho, apontado pelo MP como um dos “responsáveis pela arrecadação de campanha”.

29 MAR 2016

GOVERNO

Estado nega motivação política em pedido para anular delação

● A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) negou, ontem, que o pedido de anulação da delação premiada do auditor Luiz Antônio de Souza tenha sido motivado por questões políticas. Em entrevista coletiva, o procurador-geral do Paraná, Paulo Sérgio Rosso, defendeu que o pedido foi embasado em aspectos técnicos, já que a PGE considera que algumas cláusulas financeiras do acordo seriam lesivas aos cofres do Paraná. Ele disse que a eventual anulação da delação não interferiria nas investigações e negou que o pedido seja uma forma de blindar o governador. “Técnicamente, delação não é prova. Se as investigações estiverem embasadas só na delação, é porque a investigação está mal consolidada”, disse. “Era uma atitude que tínhamos que tomar, para proteger os interesses do Estado.” Segundo o procurador, o governador só ficou sabendo que a PGE tentaria anular a delação no dia 6, às vésperas de entrar com o pedido.

OUTRO LADO

O advogado de Luiz Antônio de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, informou que não teve acesso ao inquérito e que não vê problemas no pedido. A reportagem tentou contato com o advogado Rodrigo Mudrovitsch, mas ele não pôde atender e não retornou os telefonemas. Este mês, quando o STJ autorizou a abertura de inquérito, Richa encaminhou nota negando qualquer envolvimento em irregularidades. O advogado de Abi Antoun, Roberto Brzezinski Neto, estava ocupado e não retornou a chamada. O advogado de Márcio Lima, Douglas Maranhão, informou que não vai se manifestar. Sérgio Fugiwara não foi encontrado em sua empresa. No estabelecimento de José Roberto Pontalti, ninguém atendeu aos telefonemas. A defesa de Luiz Pontes Filho não foi localizada.

CELSO NASCIMENTO

Beto tenta obstruir processo, mas STJ nega

Não adiantaram os esforços do governador Beto Richa de se ver livre das garras do Superior Tribunal de Justiça. Seu pedido para que o STJ desconsiderasse a delação premiada de um auditor fiscal de Londrina que indicou sua campanha de reeleição como beneficiária das propinas foi negado pelo ministro João Otávio de Noronha. Richa queria também que seu primo distante Luiz Abi e o amigo co-piloto Marcio Lima fossem dispensados de novos depoimentos. Tudo negado. Com esta decisão, Richa se torna o primeiro governador do Paraná, em pleno exercício do cargo, a responder em tribunais superiores por suspeita de corrupção. Este caso se refere apenas à Operação Publicano, que investigou desvios próximos de R\$ 1 bilhão da Receita.

A hecatombe política em que o Brasil vive nestes dias de Lava Jato e de providências aceleradas para o impeachment da presidente da República deixa em segundo plano a política municipal. Estamos em ano eleitoral, quando se renovam os mandatos de prefeitos e vereadores. O clima, já a estas alturas, deveria estar quase entrando em temperatura de ebulição — mas é visível que o interesse nos assuntos nacionais está deixando a política local em segundo plano.

O caso curitibano é típico do esfriamento do interesse pelo que mais de perto afetaria os habitantes da cidade. É claro que partidos e candidatos se preparam para a disputa das eleições de outubro próximo, mas até mesmo as articulações — que, em tempos normais, já estariam em ritmo acelerado — recolhem-se diante da expectativa dos graves dias

que o país atravessa.

É hoje, por exemplo, que o PMDB nacional tomará uma decisão que não pode ser tomada como banal. O partido, em encontro nacional, tende a “desembarcar” do governo federal, abandonar a aliança com o PT e largar os cargos que detém na administração. Ainda que se trate de uma ação marcada pelo fisiologismo às avessas — na medida em que não briga por cargos mas busca apenas salvar a própria pele — o PMDB abre as portas do precipício para Dilma.

Ao contrário das previsões que indicam um fim a ser contado em semanas, o processo de impeachment pode se alongar por meses. Há pela frente incontáveis recursos regimentais, apelos e decisões judiciais, negociações políticas, manifestações de ruas e tudo o mais que se possa imaginar capazes de prolongar a agonia ainda por meses, aproximando-se ou mesmo se confundindo com o período das eleições municipais.

É por isto que a eleição do prefeito de Curitiba vem sendo tratada com uma desimportância que não se via há muito tempo. Estão aí colocados os pretensos candidatos, dentre os quais o próprio prefeito Gustavo Fruet — que deverá pleitear a reeleição — e a meia dúzia dos mesmos nomes e sobrenomes que nas últimas quatro décadas se alternam no comando da política curitibana. De Greca a Ducci, de Ratinho Jr. a Leprevost e Requião Filho, todos são fregueses de caderno do eleitorado curitibano, quer por herança quer por iniciativa própria. Nenhum deles, até agora, aparenta muita disposição para ir à luta — mesmo porque recursos escassos e fontes generosas refreadas pela Lava Jato os inibem de cair na rua buscando aliados e eleitores. E também porque estes não se mostram muito entusiasmados a escutá-los.

E assim, ao que tudo indica, prosseguirá a carruagem municipal — ao menos até o momento em que o nó federal se desate de vez.

Na cabeça do eleitor haviam outras prioridades. Ainda que insatisfeito com a segurança pública, com os buracos das ruas, com o transporte, com a saúde ou com a falta de creches, assumem maior relevância temas que lhe parecem distantes dos problemas e dramas tipicamente urbanos. Corrupção, recessão, emprego.

Em tempo: Curitiba faz aniversário hoje.

Interesse por eleição de prefeito perde para Lava Jato e impeachment

29 MAR 2016

GAZETA DO POVO

● GASTOS

MP do Paraná quer criar 178 cargos em comissão a um custo anual de R\$ 16,6 mi

● Em dois projetos encaminhados à Assembleia Legislativa do Paraná, o Ministério Público Estadual (MP) pretende criar 178 cargos em comissão para atuar no órgão.

A medida custará R\$ 16,6 milhões por ano aos cofres públicos do estado. Nas propostas, o MP justifica que tem o objetivo de “suprir as necessidades decorrentes da nova realidade institucional [...] em relação ao Poder Judiciário”.

O primeiro projeto chegou ao Legislativo no último dia 14 e, numa velocidade extraordinária, foi aprovado em apenas 48 horas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — agora, está na Comissão de Finanças. Pelo texto, ficam criados 58 cargos comissionados de assessor para atuar nas procuradorias de Justiça, Cíveis e Criminais.

A outra proposta, encaminhada à Assembleia nesta segunda-feira (28), cria 120 vagas comissionadas para “compor os serviços auxiliares necessários às atividades institucionais das promotorias de Justiça de entrância final, intermediária e inicial”.

ARGUMENTO

MP diz que o preenchimento dos novos cargos ocorrerá “na medida da necessidade dos serviços, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal”. Diz ainda que as nomeações vão respeitar a exigência legal de que, no mínimo, 5% dessas vagas sejam ocupadas por servidores efetivos do órgão.

29 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Missã em Memória

José Wanderlei Resende

(falecido em 20 de Março de 2016)

Convidam: Esposa, filha, genro e netos,
a ser realizada no dia 29 de março de 2016 (hoje) às 19:00 horas
na Igreja Nossa Senhora das Mercês (Capuchinhos),
situada na Av. Manoel Ribas, 966, Mercês,
em Curitiba-PR.

29 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Janot defende Lula ministro, mas pede que o caso siga com Moro

Procurador-geral da República sustenta a manutenção do foro do ex-presidente na Justiça de 1.º grau

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

■ O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer em que defende a manutenção da nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro-chefe da Casa Civil. Ele sustenta no parecer, no entanto, que as investigações criminais referentes ao ex-presidente e realizadas até agora devem ser mantidas na Justiça de primeiro grau, ou seja, nas mãos do juiz Sergio Moro, em Curitiba.

Do ponto de vista jurídico, segundo Janot, não há obstáculos para a nomeação de pessoa investigada criminalmente. Porém, ele sugere que existem elementos para apontar "ocorrência de desvio de finalidade" no ato da nomeação de Lula para de-

terminar o foro perante o qual o petista seria investigado. Por esse motivo, o procurador-geral pede a manutenção do foro do ex-presidente na Justiça de primeiro grau.

Entenda o caso

Lula foi nomeado no dia 16 para a Casa Civil. No dia 18, o ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu a nomeação, aceitando monocraticamente o pedido do mandado de segurança de dois partidos da oposição, PSDB e PPS, que alegavam que Lula havia tomado posse para ganhar foro privilegiado e ser julgado pelo Supremo. Mendes remeteu as investigações para primeira instância, sob comando do juiz Sergio Moro em Curitiba.

No dia 23, o ministro do STF Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato, determinou que Moro enviasse à Corte os processos que envolvem o ex-presidente Lula. A decisão, porém, não anulou a liminar concedida por Gilmar Mendes que suspendeu a nomeação do petista para Casa Civil. A questão da nomeação deve ser decidida no plenário do STF nesta semana.

29 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Lula diz esperar que Moro atue com justiça com os investigados

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

● O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em entrevista coletiva ontem à imprensa internacional, esperar que o juiz Sergio Moro, que conduz a Lava Jato, atue com justiça, com ele próprio e com todas as pessoas investigadas na operação. "Espero que Deus ponha a mão na cabeça dele, que ele seja justo com as pessoas que está analisando e julgando. Só espero isso. Não quero nada mais, nada menos, quero ter o tratamento que todo cidadão brasileiro teria neste país", afirmou.

Lula disse ter a expectativa de que Moro aja como qualquer juiz e contribua com a democracia brasileira ao respeitar o direito de defesa e ao "ouvir as pessoas". O ex-presidente petista disse que Moro é considerado uma pessoa competente, mas que pode ter sido picado pela "mosca azul" – figura de linguagem associada ao orgulho

e à soberba. "Tudo que se sabe do juiz Moro é que ele é uma figura inteligente, competente, mas como ser humano temo que a mosca azul faça seus efeitos", afirmou mencionando a atenção dada pela mídia ao magistrado.

Lula afirmou que se sentiu "ofendido" com a divulgação de grampos telefônicos envolvendo conversas suas com a presidente Dilma Rousseff (PT), com o atual chefe de gabinete da Presidência Jaques Wagner, com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, entre outros. "Primeiro, me sinto, como brasileiro, indignado." Ele também reclamou da atuação da mídia.

"Acho que o juiz deveria ter muita responsabilidade e não confundir conversas de ordem pessoal com conversas públicas. E muito mais grave ainda é a imprensa utilizar como se fizesse parte de um circo. Duvido de quem, nesse país, não conversar por telefone, com parentes ou com amigos, sobre qualquer bobagem, qualquer coisa." Lula disse ter achado "deprimente" a decisão de divulgar os áudios.

«Espero que Deus ponha a mão na cabeça dele [Moro], que seja justo com as pessoas que está analisando e julgando.»

Lula, ex-presidente.

«Como ser humano, temo que a mosca azul faça seus efeitos [sobre o juiz Sergio Moro].»

Idem..

COLUNA DO LEITOR

Teori Zavascki

A decisão do ministro do STF Teori Zavascki deixou-me com um pé atrás. Fiquei contrariado, entre outras coisas, com os termos que ele utilizou em sua decisão. Diga-se de passagem, antes mesmo de proferir a decisão ele já estava alfinetando Sergio Moro, dizendo que o juiz deve apaziguar a situação e não incendiar-lá. Ora, o juiz é escravo da lei, e não um diplomata querendo agradar a gregos e troianos. Como diziam os romanos, *dura lex, sed lex*.

Luiz Carlos Luges

FORO PRIVILEGIADO

Nós, brasileiros, há anos estamos cansados de tanta corrupção. Para combatê-la, as regalias da classe política precisam ser revistas e os empecilhos para processar políticos e cassar seus mandatos devem ser removidos. Tenho um forte desejo de lutar, com outros brasileiros que queiram mobilizar-se, para aca-

bar com o foro privilegiado e com as imunidades parlamentares. Os políticos são agentes públicos como quaisquer outros servidores, e devem responder juridicamente como qualquer cidadão.

Vilson José de Siqueira

29 MAR 2016

GAZETA DO POVO

MPF denuncia marqueteiro do PT à Justiça

A esposa dele também foi denunciada. Sergio Moro decidiu remeter todo o caso para o STF diante das menções a autoridades com foro

**SÃO PAULO, CURITIBA E
BRASÍLIA**

Folhapress

● Detidos há mais de um mês em Curitiba, o publicitário João Santana e a mulher dele, Mônica Moura, foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) após serem alvos de investigação da Operação Lava Jato. Os detalhes da denúncia, concluída no sábado (26), estão sob sigilo porque o juiz federal Sergio Moro decidiu remeter todo o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF) diante das menções a autoridades com foro privilegiado na investigação.

Em delação, publicitária diz que recebeu R\$ 6,1 mi

● A publicitária Danielle Fonteles, dona da agência de comunicação Pepper Interativa, confirmou em acordo de delação que recebeu R\$ 6,1 milhões de forma ilegal referentes a serviços prestados à campanha da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2010. O valor, segundo informou ao MPF, foi pago pela Andrade Gutierrez por meio de um contrato celebrado em janeiro de 2010. A versão corrobora pela primeira vez de maneira oficial o teor do depoimento

Foi denunciado (acusado formalmente) ainda o lobista Zwi Skornicki, que também foi detido na fase Acarajé da Lava Jato, junto com Santana e Mônica. Se a Justiça aceitar a denúncia, os três viram réus.

Em despacho publicado ontem, Moro disse que “a cautela” recomendava que os autos fossem remetidos ao Supremo. Mas afirmou que a Corte pode, se assim entender, cindir as apurações e devolver a parte referente ao casal à primeira instância novamente.

Santana foi marqueteiro do PT nas últimas três campanhas presidenciais. A Polícia Federal afirma que encontrou indícios de que a empreiteira Odebrecht pagou ao menos R\$ 21,5 milhões para o marqueteiro de Dilma Rousseff (PT), logo depois do segundo turno da eleição de 2014.

Um arquivo encontrado com a funcionária da Odebrecht Maria Lúcia Tavares, que firmou acordo de colabo-

PLANILHA

O juiz Sergio Moro decidiu ontem remeter ao STF a superplanilha da Odebrecht com supostos pagamentos a pelo menos 316 políticos de 24 partidos. Em despacho, ontem, o magistrado afirma que “é prematura qualquer conclusão quanto à natureza” dos pagamentos identificados na planilha apreendida na casa do executivo Benedicto da Silva Junior, conhecido como BJ, alvo da operação Acarajé, em fevereiro.

ração no início deste mês, indicava 41 pagamentos a “Feira”, codinome atribuído a Santana e a Mônica, entre 30 de outubro de 2014 a 22 de maio de 2015.

O advogado Fábio Tofic Simantob, que coordena a defesa de Santana, disse que a denúncia não traz qualquer prova de envolvimento do marqueteiro com o escândalo.

de Otávio Azevedo, ex-presidente da empreiteira, que contou ter pago à Pepper essa quantia a pedido da campanha de Dilma. O tesoureiro da campanha presidencial do PT de 2010, José de Filippi Júnior, nega irregularidades.

29 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ORDEM DE PREFERÊNCIA

Fazenda pública não é obrigada a aceitar penhora de estoque em execução fiscal

Apesar do princípio da menor onerosidade ao devedor, 21ª Câmara Cível do TJ-RS entendeu que execução deve ser feita no interesse do credor

Embora seja possível oferecer à penhora os bens móveis da empresa, como autoriza a Lei 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), o Fisco pode recusá-los, preferindo o pagamento em dinheiro. É que, apesar do princípio da menor onerosidade ao devedor, a execução é feita no interesse do credor. Com este entendimento, a 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul manteve decisão que indeferiu a penhora

do estoque de peças de uma distribuidora de veículos executada pelo fisco estadual.

No Agravo de Instrumento interposto para derrubar a decisão do juízo de origem, a empresa argumentou que o valor das peças supera em mais de 100% o valor executado. Afirmou que a penhora de ativos financeiros, via BacenJud, se confirmada pela corte, resultará em prejuízos irrecuperáveis, podendo levá-la à falência. Por fim, garantiu não

dispor de quantia suficiente no banco para garantir a quitação do valor da execução.

O relator do recurso, desembargador Armínio José Abreu Lima da Rosa, observou, inicialmente, que não há vedação legal à penhora de bens do estoque do devedor. Contudo, tais bens figuram em sétimo lugar na ordem de preferência estabelecida no artigo 11 da Lei de Execuções Fiscais, possibilitando sua recusa pelo credor.

29 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Se bem único, imóvel herdado de devedor de ICMS é impenhorável

Se um imóvel serve de moradia e é o único bem da família, ele não pode ser penhorado. Com essa já famosa tese, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reformou decisão de instância anterior que determinava a penhora de um único bem de família para pagamento de dívida fiscal de empresário que já morreu. Os ministros não acolheram o argumento de que a penhora “não recai sobre bem determinado, mas, apenas, sobre parte dos direitos hereditários do falecido”.

Relator do caso, o ministro Villas Bôas Cueva ressaltou a possibilidade de penhora de direitos hereditários por credores

do autor da herança, “desde que não recaia sobre o único bem” de família. “Extraí-se do contexto dos autos que as recorrentes vivem há muitos anos no imóvel objeto da penhora. Portanto, impõe-se realizar o direito constitucional à moradia que deve resguardar e proteger integralmente a família do falecido”, afirmou Cueva.

Para o ministro, a impenhorabilidade do bem de família pretende preservar o devedor do constrangimento do despejo que o deixe sem desabrigo. “E tal garantia deve ser estendida, após a sua morte, à sua família, no caso dos autos, esposa e filha, herdeiras necessárias do autor

da herança.”

Declarou, mas não recolheu

O caso aconteceu na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais. A filha e a viúva de um empresário ajuizaram ação contra a penhora determinada em execução fiscal movida pela Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais para cobrança de uma dívida de ICMS.

O valor foi declarado pelo contribuinte, mas não recolhido. Na ação, a viúva e a filha afirmaram que a penhora atingia o único imóvel da família, razão pela qual, segundo a Lei 8.009/1990, deveria ser considerado impenhorável.

Após editar súmula, TRT-3 concede horas in itinere a empregado

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) voltou atrás em sua decisão para retificar um acórdão e adequá-lo ao posicionamento jurisprudencial consolidado na Súmula 41 da corte, que estabelece que “não é válida a supressão total do direito às horas in itinere pela norma coletiva”.

Na ação trabalhista, uma das empresas envolvidas tinha recorrido da sentença que a condenou a pagar horas in itinere ao reclamante, invocando as normas coletivas que a desobrigavam de conceder a parcela ao seus empregados.

Nessa ocasião, o desembargador Jorge Berg de Mendonça

negou provimento ao recurso, justamente por considerar que tais normas coletivas traduziam mera renúncia ao direito, já que apenas dispunham que o tempo gasto no transporte não caracteriza horas in itinere, sendo inválidas, por afronta ao artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho.

29 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aérea indenizará passageiro judeu por não servir refeição kosher

Um companhia aérea que não serviu a alimentação kosher pedida por um passageiro judeu deverá indenizá-lo por danos morais. A decisão é da 11ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo que fixou o valor da reparação em R\$ 5 mil.

O consumidor afirmou ter solicitado comida especial kosher no momento em que comprou bilhete aéreo entre os aeroportos de Zurique e Guarulhos. Ele juntou aos autos comprovante de compra, no qual consta que a empresa concordou em for-

necer a refeição, que deveria ser preparada conforme os preceitos do judaísmo. Durante a viagem, no entanto, a comida servida não era kosher e o passageiro teve de permanecer 14 horas sem alimentação.

O desembargador Antonio Luiz Tavares de Almeida, relator do recurso, afirmou ser notório defeito na prestação do serviço. “Ao passageiro assiste o direito de receber o que efetivamente contratou. Trata-se de relação de consumo e, contrário do que afirmou a apelada, a inexistência

de alimentação kosher, apesar de previamente solicitada, não se reveste de questão acessória.”

E completou: “A alimentação específica é de suma importância e tem fundamento em preceitos religiosos. O apelante permaneceu durante todo o voo intercontinental sem nenhum tipo de refeição e o oferecimento de outra espécie não exime a responsabilidade da apelada”. Os desembargadores Gilberto dos Santos e Gil Coelho completaram a turma julgadora e acompanharam o voto do relator.

Decisões judiciais fazem equipe do WhatsApp focar atuação no Brasil

Alvo de decisões judiciais rigorosas no Brasil, o WhatsApp tem procurado acompanhar de perto a discussão sobre o sigilo dos dados de usuários no país, onde 100 milhões de pessoas já usam o aplicativo de troca de mensagens. O advogado geral do WhatsApp, Mark Kahn, e o diretor de comunicação Matt Steinfeld fizeram viagens ao Brasil para participar de reuniões

com representantes da sociedade civil, dar entrevistas e participar de audiências na Câmara dos Deputados.

Foi a primeira vez que uma equipe da empresa deixou o escritório na Califórnia, nos Estados Unidos, para explicar como o aplicativo funciona, segundo declarou Kahn à revista eletrônica Consultor Jurídico.

Em outubro e dezembro de

2015, ele conversou com membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Crimes Cibernéticos e defendeu que a companhia não se nega a colaborar com autoridades em investigações, mas considera impossível tecnicamente guardar — e, portanto, repassar — dados de usuários. Segundo o advogado, é essa falta de armazenamento que faz o serviço ser rápido e eficiente.

29 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Supremo Tribunal Federal abre mais dois inquéritos contra Renan Calheiros

O Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou pedido do Ministério Público Federal para desmembrar dois inquéritos que têm como suspeitos o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE). Os dois casos passam a tramitar separados do inquérito inicial.

As duas ações foram desmembradas no último dia 22. Os dois inquéritos ficarão com o ministro Teori Zavascki, porque ele é relator da Operação Lava Jato.

O presidente do Senado passa a responder a nove investigações no STF.

Em um dos inquéritos serão apuradas supostas irregularidades em contratações na Transpetro e, no outro, um suposto conluio entre Calheiros e Gomes para que uma empresa fosse contratada pela Petrobras.

No último dia 21, o ministro Teori Zavascki havia decidido abrir o sétimo inquérito para investigar Renan Calheiros.

Em meio a tumulto, OAB protocola novo pedido de impeachment na Câmara

O Salão Verde da Câmara dos Deputados foi palco, na tarde de ontem, de manifestações contrárias e favoráveis ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, com troca de palavras de ordem envolvendo as duas partes. A mobilização foi motivada pelo pedido de impeachment elaborado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que foi protocolado nesta segunda-feira na Câmara pelo presidente da entidade, Cláudio Lamachia.

Advogados e manifestantes contrários ao pedido entoavam palavras de ordem,

como "Não vai ter golpe". Os favoráveis ao afastamento de Dilma respondiam com "Fora, PT". Houve tumulto e empurra-empurra dos dois lados.

O Conselho Federal da OAB decidiu apresentar um novo pedido de impeachment, incluindo a delação premiada do senador Delcídio Amaral (sem partido-MS). O posicionamento da entidade causou reação de inúmeros membros da Ordem e de juristas, que divulgaram um manifesto pedindo à instituição que faça uma ampla e direta consulta a seus filiados sobre a entrega do documento.

29 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Moro envia ao STF processos com lista da Odebrecht

Na decisão, Moro se refere a uma lista com pagamentos que teriam sido feitos a cerca de 200 políticos e foi apreendida com um dos executivos da Odebrecht

O juiz federal Sérgio Moro decidiu enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) os processos decorrentes da 23ª e 26ª fase da Operação Lava Jato, denominadas Acarajé e Xepa. O despacho foi assinado ontem pelo juiz da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Na decisão, Moro se refere a uma lista que trata de pagamentos que teriam sido feitos a cerca de 200 políticos e foi apreendida em uma busca da Polícia Federal na casa de Benedicto Barbosa da Silva Júnior, um dos executivos da Odebrecht, durante a Operação Acarajé, deflagrada no mês passado.

O material teve sigilo decretado no último dia 23. Segundo a decisão, por conter nomes de pessoas com foro privilegiado, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou ao juiz que os processos referentes à Operação Acarajé e também à Operação Xepa fossem remetidos ao STF para apuração. O MPF pede ainda que seja mantida em Curitiba, com o juiz Moro, a parte do processo referente aos pagamentos feitos por Zwi Skornicki e pelo Grupo Odebrecht a João Cerqueira de Santana Filho e a Mônica Regina Cunha de Moura, bem como aos pagamentos de Zwi Skornicki a Pedro José Barusco Filho Eduardo Costa Vaz Musa.

Com relação à planilha encontrada, o Sérgio Moro diz que é “prematura qualquer conclusão” com relação aos pagamentos identificados. “Não se trata de apreensão no Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, através do qual eram realizados os pagamentos subreptícios, e o referido Grupo Odebrecht realizou, notoriamente, diversas doações eleitorais registradas nos últimos anos” diz o texto. Ainda assim, o juiz decidiu que, por conter nomes de autoridades de foro privilegiado e por retratar pagamentos “talvez ilícitos” que os processos devem se remetidos ao STF.

“O ideal seria antes aprofundar as apurações para remeter os processos apenas diante de indícios mais concretos de que esses pagamentos seriam também ilícitos. A cautela recomenda, porém, que a questão seja submetida desde logo ao Supremo Tribunal Federal”, disse Moro na decisão.

29 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Requião estrebucha

O senador Roberto Requião, do PMDB, voltou a atacar o juiz federal Sérgio Moro, o procurador Deltan Dallagnol e o Ministério Público Federal. Sua irritação com a provável deposição da presidente Dilma Rousseff o leva a surtos espasmódicos de ira e agressividade. Requião defende, entre outras, a sinecura que arrumou para o irmão em Itaipu.

Traço antigo de seu caráter, passa a acusar os adversários de tudo que lhe vem à cabeça. "Internacionalizando e privatizando toda a economia Deltan e Moro serão muito úteis em uma empresa privada de vigilância", disse Requião, ontem, no twitter. Patacoada temperada com humor de duvidosa inteligência.

Outra tática de Requião é a de tentar dividir os opositores. Ele insiste em estabelecer uma competição entre Moro e o Ministério Público. Grotesco, "É clara e evidente a concorrência entre Moro e os membros do MP por entrevistas e aparições públicas. Um verdadeiro e ridículo BBB. Poseê!", afirmou o senador que, na verdade, estrebucha junto com Lula, Dilma, PT e assemelhados.

29 MAR 2016

METRO

Governo tenta anular delação da Publicano

Receita. PGE pede que colaboração de Luiz Antônio de Souza seja desconsiderada no processo. Advogado do delator afirma que ação foi uma tentativa de proteger Richa, para evitar abertura de inquérito no STJ

A PGE (Procuradoria Geral do Estado) entrou, no dia 7 de março, com um pedido para anular a delação premiada de Luiz Antonio de Souza, principal colaborador da Operação Publicano. As alegações do ex-auditor resultaram na abertura de um inquérito no STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra o governador Beto Richa (PSDB) pela suspeita de que parte dos recursos de propina tenha sido usada em sua campanha de reeleição.

Ontem o procurador geral do Estado, Paulo Rosso, disse que a ação quer garantir que duas fazendas de Souza, avaliadas em R\$ 20 milhões, retornem ao Estado. Além disso, a PGE pede que outros recursos devolvidos retornem ao Estado, e não a fundos municipais, como consta na delação.

Rosso nega que tenha ocorrido uma tentativa de proteger o governador. "A gente não tem como prever o que as pessoas vão pensar, mas vamos cumprir a nossa obrigação, mesmo que haja algum tipo de desgaste".

Já o advogado que defende Souza, Eduardo Duarte Ferreira, coloca suspeitas sobre a ação. "Isto foi ajuizado às vésperas do ministro

"Entramos com o pedido em 7 de março; nem tínhamos conhecimento do processo (contra o governador) em Brasília"

PAULO ROSSO, PROCURADOR GERAL DO ESTADO

do STJ decidir. Evidentemente que, se houvessem conseguido a liminar, faltaria a justa causa para abrir investigação. Para mim, é muito claro que foi uma manobra", afirma. O STJ abriu a investigação quatro dias depois da ação do governo.

O advogado admite que "a qualquer momento" o Estado possa discutir valores da devolução de seu cliente, mas destaca que as informações dadas pelo ex-auditor resultaram em autos de infração de R\$ 1 bilhão já aplicados pela Receita Estadual.

"A PGE poderia entrar com medidas cautelares contra esses empresários que participaram do esquema mas não fizeram nada, preferiram entrar com esse pedido sem qualquer cabimento jurídico", diz.

A ação da PGE foi apresentada em uma vara de Curitiba, mas o juiz declinou da competência e a enviou para o juiz Juliano Nannino, que comanda de Londrina os processos da Operação Publicano. Ele ainda não avaliou o caso.

Luiz Antônio de Souza segue preso no Norte do Estado e, pelo acordo com a Justiça, tem previsão de ser solto em junho. Depois vai cumprir mais dois anos em prisão domiciliar.

THIAGO
MACHADO
METRO CURITIBA

29 MAR 2016

Paraná Portal

RUY BARROZORUY BARROZO



O Homem de Ferro da Lava Jato

Continua repercutindo o jantar/palestra com o Juiz Sérgio Moro, realizado no Castelo do Batel pelo LIDE, presidido no Paraná por Fabrício Macedo.

Fabrício Macedo e Sérgio Moro

O evento foi patrocinado pelo escritório Nelson Wilians Advogados Associados, em CWB, comandado pela dinâmica Sandra Comodaro.

CONTINUA



Nelson Wilians, Paulo Roberto Vasconcelos, Fabrício Macedo, Sérgio Moro, Antonio Miguel Espolador Neto e Renata Ramalhosa.

CONTINUA

29 MAR 2016

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO



Paulo Roberto Vasconcelos – presidente do
Tribunal de Justiça do Paraná.

Paraná Portal 29 MAR 2016

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 24 de março de 2016 às 11h37

Noite de autógrafos

Um movimentado coquetel logo mais, às 19 horas, na sede da OAB de Londrina, marca o lançamento do Código de Processo Civil – comentado, de autoria do desembargador José Sebastião Fagundes Cunha, ocasião em que acontece palestra de Letícia Souza Baddaury, que falará sobre Negócios Jurídicos Processuais.



**CÓDIGO DE
PROCESSO
CIVIL**

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 22 de março de 2016 às 05h51

Save the date

- **Dia 23** – Um movimentado coquetel logo mais, às 19 horas, na sede da OAB de Londrina, marca o lançamento do Código de Processo Civil – comentado, de autoria do desembargador José Sebastião Fagundes Cunha (foto), ocasião em que acontece palestra de Letícia Souza Baddauy, que falará sobre Negócios Jurídicos Processuais.



29 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

PGE quer anular delação da Operação Publicano

Argumento é que acordo traria prejuízos ao estado

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) do Paraná pediu na Justiça a nulidade da delação premiada do auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, feita no âmbito da Operação Publicano e que denunciou esquema de pagamento de propina para a campanha à reeleição do governador Beto Richa (PSDB). A PGE questiona o acordo feito entre delator e Ministério Público, que deu origem a investigação autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Nanuncio rejeitou a tese de que a procuradoria precisaria ser chamada para negociar os termos do acordo. "No entanto, verifico, ainda, inexistente quaisquer



O procurador deu entrevista coletiva para explicar a ação

dos vícios apontados pelo requerente, de modo que permanece hígida a decisão que homologou os termos da delação premiada de

Luiz Antonio de Souza", acrescentou o juiz.

Em entrevista concedida nesta segunda-feira (28), o procurador-geral Paulo Rosso afirmou

que algumas cláusulas do acordo são lesivas ao erário, uma vez que o patrimônio público não foi preservado adequadamente. ■

JORNAL DO ÔNIBUS 29 MAR 2016

OAB protocola novo pedido de impeachment

Advogados contrários e a favor se confrontaram

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou na tarde desta segunda-feira (28) novo pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. O documento se somará a outros 11 pedidos pen-

dentes de análise pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Houve confusão entre grupos pró e contra o governo no salão verde da Câmara quando os membros da OAB chegaram para protocolar o docu-

mento.

No pedido, a OAB afirma que Dilma teria cometido crime de responsabilidade ao: tentar interferir nas investigações da Operação Lava Jato, inclusive na nomeação como ministro da Casa Civil do ex-pre-

sidente Lula, que é investigado; conceder renúncia fiscal à Fifa para a realização da Copa do Mundo de 2014 e ter autorizado as "pedaladas fiscais", que são atrasos no pagamento a bancos para maquiar as contas públicas. ●

Lewandowski diz que STF não vai se abalar

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, considerou ontem (28) criminosas as ameaças e tentativas de intimidação contra ministros da Corte em função de decisões tomadas por eles. Na semana passada, o ministro Teori Zavascki foi alvo de manifestações, em frente ao Supremo e à casa dele, por transferir para a Corte as investigações contra o ex-pre-

sidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estavam na primeira instância.

Para o presidente do STF, os ministros da Corte "não se deixarão abalar por eventuais constrangimentos sofridos ou que venham a sofrer". "[Os membros da Corte] continuarão a desempenhar com destemor, independência e imparcialidade a solene atribuição de guardar a Constituição da República que juraram defender". ●

A favor de Lula

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem (28) ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no cargo de ministro da Casa Civil. Apesar de entender que a nomeação deve ser validada para evitar danos à governabilidade diante da crise política, Janot sustentou que a nomeação teve por objetivo tirar a competência do juiz federal Sérgio Moro.

Decisão na quinta

 O ministro Teori Zavascki decidiu submeter ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) sua decisão, na semana passada, que determinou que o juiz Sérgio Moro remeta todas as investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Corte. O caso deverá ser analisado pelos 11 ministros na próxima quinta-feira (31).

Santana denunciado

Presos há um mês, o publicitário João Santana e a mulher dele, Mônica Moura, foram denunciados pelo Ministério Público Federal no sábado (26) após serem investigados pela Operação Lava Jato. Os detalhes da denúncia estão sob sigilo porque o juiz Sérgio Moro decidiu remeter todo o caso para o Supremo Tribunal Federal diante das menções a autoridades com foro privilegiado na investigação.

29 MAR 2016

BEMPARANÁ

Mais cargos

O procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia encaminhou ontem à Assembleia mais um projeto propondo a criação de cargos comissionados para o Ministério Público Estadual. O projeto prevê a criação de 32 cargos simbologia 4-C, e 88 cargos simbologia 5-C. Os salários vão de R\$ 3,5 mil a R\$ 3,9 mil. A alegação é de que esses cargos são necessários para “compor os serviços auxiliares” (...) “às atividades institucionais das Promotorias de Justiça” nas regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá. Segundo o MP, a ampliação visa atender carências verificadas nas áreas de violência doméstica contra a mulher, proteção à criança e ao adolescente, saúde pública, patrimônio público e execução penal. De acordo com a procuradoria, o impacto dos novos cargos nos cofres públicos será de R\$ 663,5 mil mensais em 2016, ou R\$ 6,3 milhões este ano, e de R\$ 8,3 milhões anuais em 2017 e 2018.

Assessoria

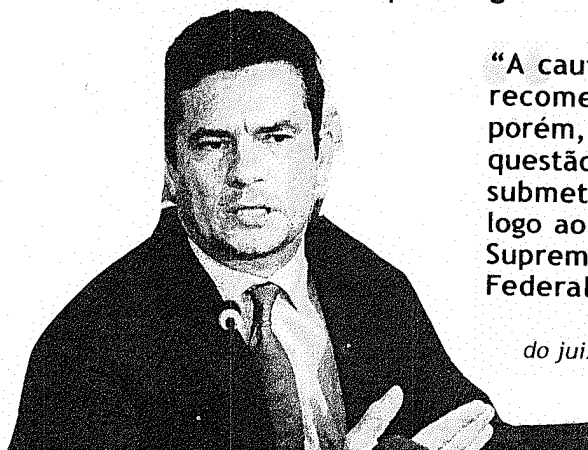
No último dia 14, o Ministério Público Estadual já havia enviado à Assembleia outra proposta, ainda não votada, que prevê a criação de 60 novos cargos em comissão para o órgão. O impacto nos cofres públicos seria de R\$ 6,6 milhões em 2016 e R\$ 8,3 milhões em 2017. Na justificativa da proposta, o MP alega que a criação dos cargos vai “suprir necessidades decorrentes da nova realidade institucional, por efeito da grande defasagem do número de cargos dos serviços auxiliares” do órgão “em segundo grau, em relação aos do Poder Judiciário que, com a implantação do processo digital, acelerou significativamente a movimentação processual”.

29 MAR 2016

BEMPARANÁ

Moro repassa "listão" da Odebrecht para o STF

Juiz alega que relação de supostos repasses de empreiteira envolve políticos com foro privilegiado



"A cautela recomenda, porém, que a questão seja submetida desde logo ao Egrégio-Supremo Tribunal Federal".

do juiz Sérgio Moro

Ivan Santos
com agências

Moro: "O ideal seria antes aprofundar as apurações"

O juiz federal Sérgio Moro decidiu ontem enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a "superplanilha" com a indicação de pagamentos feitos pela Odebrecht a políticos, encontrada pela força-tarefa da Operação Lava Jato na casa do ex-presidente de Infraestrutura da empreiteira Benedito Barbosa Silva Junior, no Rio de Janeiro. A superplanilha traz cerca de 300 nomes ligados a 24 partidos políticos, incluindo mais de uma dezena de políticos paranaenses de diversas siglas.

As citações incluem menções a três pré-candidatos à prefeitura de Curitiba: o atual prefeito Gustavo Fruet (PDT), Luciano Ducci (PSB) e Ratinho Júnior (PSD), e às campanhas do PSDB do governador Beto Richa (PSDB) e do PDT referentes a 2010, além da senadora Gleisi Hoffmann (PT) e seu marido e ex-ministro, Paulo Bernardo (PT). Também há citações de supostos repasses a diretórios regionais de diversos par-

tidos no Estado, como PT, PP, PDT, PSC e PSB. E ainda aos deputados federais Ricardo Barros (PP) e Luiz Carlos Hauly (PSDB), bem como ao diretor da Itaipu Binacional, Jorge Samek (PT) e à ex-candidata do PT à prefeitura de Londrina em 2012, Márcia Lopes. A maioria dos citados negou ter recebido doações da empreiteira, ou alegou que essas doações teriam sido legais.

Moro alegou que por envolver políticos com foro privilegiado, cabe ao STF analisar as informações. "O ideal seria antes aprofundar as apurações para remeter os processos apenas diante de indícios mais concretos de que esses pagamentos seriam também ilícitos. A cautela recomenda, porém, que a questão seja submetida desde logo ao Egrégio-Supremo Tribunal Federal", registrou o juiz, na decisão de ontem.

A superplanilha, como está sendo chamada a lista nos bastidores do poder, é a maior

relação de políticos e partidos associada a pagamentos de uma empreiteira capturada pela Lava Jato desde o início da operação, há dois anos. Ela foi encontrada nas buscas da 23.ª fase, a Acarajé, que teve como alvo principal o casal de marqueteiros João Santana e

Mônica Moura. A planilha foi divulgada oficialmente pela operação na manhã da última quarta-feira. Mas, no início da tarde, o juiz federal decretou sigilo sobre o documento. Moro pediu ao Ministério Público Federal que se manifeste sobre "eventual remessa" dos papéis ao Supremo Tribunal Federal.

CONTINUA

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Campanhas - As anotações, indica a Lava Jato, referem-se às campanhas eleitorais de 2012 (municipais) e 2014 (presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais). Segundo a força-tarefa, não há nenhum indicativo de que os pagamentos sejam irregulares ou fruto de caixa 2. Barbosa Silva Jr. é apontado pelos investigadores como o encarregado de Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira, para tratar de doações eleitorais e repasses a políticos.

Também há inúmeras anotações manuscritas fazendo referência a repasses para políticos e partidos, acordos com outras empresas referentes a obras e até documentos sobre "campeonatos esportivos", que lembram documentos semelhantes já encontrados na Lava Jato e revelaram a atuação de cartel das empreiteiras em obras na Petrobras.

Os partidos que constam na planilha são PT, PMDB, PSDB, PP, PSB, DEM, PDT, PSD, PC do B, PPS, PV, PR, PRB, SD, PSC, PTB, PTN, PT do B, PSOL, PPL, PTB, PRP, PCB e PTC. O levantamento jornal O Estado de S. Paulo baseou-se nas planilhas às quais a reportagem teve acesso. Segundo o levantamento, em vários casos, os valores são superiores aos declarados pelos candidatos indicando possível caixa 2.

29 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PROCESSOS

O juiz federal Sérgio Moro decidiu enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) os processos decorrentes da 23ª e 26ª fase da Operação Lava Jato. Na decisão, Moro se refere a uma lista que trata de pagamentos que teriam sido feitos a cerca de 200 políticos e foi apreendida em uma busca da Polícia Federal na casa de Benedicto Barbosa da Silva Júnior, um dos executivos da Odebrecht.

PICADO

Em coletiva à imprensa internacional, na manhã de ontem, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que o juiz Sérgio Moro é uma pessoa "inteligente e competente", mas, que "foi picado pela mosca azul" (deslumbrada com o poder). O petista disse que não está longe o dia em que irão pedir desculpas a ele, segundo relato de jornalistas que participaram da entrevista.